

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREIA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Máscaras do Estado

Os brasileiros — entre eles igualmente compreendidas as brasileiras — estão agora cientificados da preocupação presidencial com os rumos socializantes que a Constituinte imprimiu ao Brasil no projeto que vai a plenário em janeiro. O porta-voz oficial apresenta o presidente Sarney francamente favorável ao capitalismo moderno.

Muito antes que o presidente fosse tomado pela preocupação, os brasileiros — sem exclusão das brasileiras — já vinham reparando na crescente intromissão do socialismo na nossa economia. Não é de hoje que os conceitos da economia socialista marcam presença entre nós, mas o prestígio político dessas idéias alcançou o apogeu no que, sem confirmar a definição, se chamou de nova república.

Foi sob o governo Sarney que se registrou o reconhecimento do socialismo como fornecedor de soluções mágicas para a crise brasileira. Ora, a crise da economia brasileira é produzida pela má gestão, e não pela economia de mercado. Se o Brasil praticasse efetivamente a liberdade de mercado, o capitalismo estaria liberto desse contrapeso do Estado, que lhe corta as melhores iniciativas. Somos uma nação tolhida no seu impulso de crescimento pelo próprio governo. A economia brasileira só consegue avançar quando o governo se distrai com outra ordem de preocupações.

O governo Sarney não inventou a estatização, que vem de antes, mas conviveu bem com ela. As ilusões com o poder econômico concentrado nas mãos do Estado multiplicaram-se na ausência de debates, sob a censura dos governos militares. Mas o reconhecimento político, a pretexto de garantir o compromisso social da nova república, se produziu no governo José Sarney. Ainda que não fosse uma convicção doutrinária, o difuso socialismo de estado foi protegido por um mecanismo de patrulhamento que se transferiu para dentro da burocracia oficial.

A questão se apresentou com a ascensão do PMDB aos altos postos da administração pública, no segundo e no terceiro níveis. O PMDB teve garantido, graças ao autoritarismo, o monopólio do oposicionismo desde quando o poder era reserva de mercado para os governos militares. Ao longo período das vacas magras, sucedeu-se um de vacas gordíssimas: os socialistas que não confessavam antes sua identidade ocuparam todos os postos disponíveis na administração e na economia. Por sinal, o avanço da estatização estava sendo denunciado desde antes. O PMDB, no entanto, só marcou posição antiliberal e patrocinou teses socializantes, a pretexto de defender uma visão social para a economia brasileira. Nisso os governos militares e a antiga oposição estavam estrategicamente de acordo e partilhavam do mesmo repúdio às idéias liberais.

No dia em que chegou ao governo, o PMDB tratou de se servir: ocupou as vagas que lhe permiti-

riam manter e ampliar a interferência do Estado. Nunca mais o PMDB se manifestou contra o decreto-lei. Nunca um dos seus dirigentes se lembrou de que havia também um entulho autoritário que impedia as empresas de se afirmarem competitivamente. O mercado continuou malvisto pelos burocratas. Em nenhum momento foi possível ao governo Sarney realizar o compromisso assumido publicamente por Tancredo Neves, que deu prioridade à reprivatização. O único dos mastodontes aposentados foi o BNH, porém a um custo que sobreviveu à sua extinção: os funcionários, com todos os seus benefícios e vantagens, foram alojados na Caixa Econômica Federal. Qual o lucro?

A estatização da economia não se estabeleceu apenas mediante a existência de empresas sob administração do Estado. Há um lado pouco citado, mas igualmente pernicioso, que é a pesada carga normativa com que o Estado mantém o seu poder asfixiante sobre as empresas privadas. Assim, não é apenas numa concorrência desigual, entre empresas públicas e empresas privadas, que os perigos se manifestam. A competição não é o forte de empresas estatais, porque são altamente ineficientes: perdem de vista seus objetivos econômicos, esquecem o sentido social alegado para criá-las, e se tornam casamatas de uma petrificada burocracia.

Mas é através da gigantesca malha normativa que o Estado subjuga a livre iniciativa e inferioriza as empresas privadas. Até a própria capacidade de produção de empresas privadas acaba dependendo do Estado, que opina desde o projeto ao financiamento, para invadir um espaço que deveria ser sagrado: o campo de decisões da livre empresa.

O governo Sarney deixou-se patrulhar sem o menor protesto. A prova foi que, com todo o seu agora legado reconhecimento do moderno capitalismo, entregou-se às ilusões do congelamento de preços quando podia ter-se livrado dele, após o lançamento do Plano Cruzado. E, quando tudo ruiu nas suas mãos, não encarou as causas do seu malogro: preferiu, ao contrário, recorrer à moratória sem convicção, para agradar ao pensamento estatizante e aos socializantes dos mais variados matizes, civis e militares. A própria recusa em admitir os gastos públicos como fatores decisivos da arrancada para a hiperinflação foi o estertor desse socialismo de Estado, que aceitou o pseudônimo de estatização. A Constituinte nada mais fez do que passar para o papel tudo que a prática, desde os militares, adotou e a nova república não quis ou não soube repudiar politicamente.

A nação espera que o governo demonstre com atos imediatos o seu repúdio à estatização, antes que a Constituinte comece a rever por sua iniciativa os excessos socializantes que sufocam o que resta da economia de mercado no Brasil.